economia

Observador

Affonso Ritter
aritter20@gmail.com

Covid-9 e escalas de trabalho

A startup Stargrid, instalada no Tecnopuc, pode ser extremamente útil para o momento atual. É uma plataforma de gestão automática de escalas de trabalho com o uso de Inteligência Artificial focada no segmento hospitalar. Segundo seu diretor-executivo, Guilherme Bunse, a organização tem duas novas funcionalidades: a primeira envolve a comunicação entre colaboradores e gestores e a segunda, escalas de trabalho. Na hora de criar uma escala, os colaboradores podem ser segmentados por grupo de risco sintomático, escalando, por exemplo, em UTI e pronto-atendimento os profissionais suscetíveis aos efeitos e sintomas do coronavírus.

A realização de testes

Os testes da plataforma Stargrid estão em andamento com a Santa Casa de Porto Alegre e o Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. No Sírio-Libanês, a situação é ainda mais preocupante devido ao grande número de casos. Por isso, quanto antes as funcionalidades estejam validadas, mais cedo é possível disponibilizar a plataforma para mais profissionais da saúde.

Responsabilidade social

A Vipal Borrachas conquistou a certificação da francesa EcoVadis, plataforma que reconhece as práticas em Responsabilidade Social Empresarial de corporações de todo o mundo. A empresa gaúcha foi avaliada na categoria Prata, o que demonstra o desenvolvimento e a evolução das questões socioambientais dentro da organização. A metodologia de avaliação é baseada em padrões internacionais, como Global Reporting Index, ISO 26000 e os princípios do Global Compact.

Fechamento de fronteiras

A pandemia da Covid-9 conseguiu interromper, temporariamente, a moderna tendência de abertura das fronteiras entre países. A formação de blocos, tipo União Europeia ou Mercosul, se baseia na sua abertura.

Seguradoras home ofice

As seguradoras gaúchas adotaram o sistema de trabalho home office para ajudar a conter a disseminação do coronavírus e cancelaram ou transferiram eventos e reuniões, seguindo determinação do governo do Estado, informa o presidente do Sindsergs, Guilherme Bini. Caso alguém necessite de atendimento, a orientação é entrar em contato com sua seguradora pelos canais digitais ou 0800.

Cartórios de protesto on-line

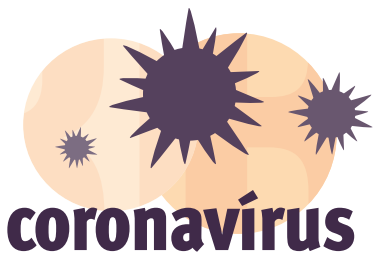
Os Cartórios de Protesto estão funcionando de forma on-line, através do site protestors.com.br, por determinação da Corregedoria-Geral da Justiça do RS. Os credores poderão apontar títulos pela internet, porém, até o dia 31 deste mês (prazo, este, que pode ser prorrogado), o devedor não será intimado nem protestado. Conforme o presidente do Instituto de Estudos de Protesto do RS, Romário Mezzari, "os serviços já podiam ser realizados on-line, mas, em meio à pandemia, esse método é ainda mais útil para a sociedade".

RS busca reduzir impacto na área de energia

Governo discutirá medidas para consumidores e distribuidoras

MARCELLO CASAL JR/ABR/JC

Políticas a serem adotadas envolverão concessionárias de todo o Estado, e não apenas a CEEE-D



/ INFRAESTRUTURA

Jefferson Klein
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O governo do Estado anunciou, no último domingo, que os clientes de tarifa social da Corsan ficarão isentos da cobrança pelos próximos 90 dias e que ficam suspensos os cortes por não pagamento no período de 60 dias devido aos problemas causados pelo coronavírus. Além da água, a energia é considerada um produto essencial, porém, nessa área, as ações a serem tomadas são mais complexas, por envolverem uma cadeia de agentes mais longa (geradores, transmissores e distribuidores). O Executivo gaúcho discutirá com o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) as estratégias que serão adotadas para que tanto consumidores como distribuidoras tenham os reflexos da pandemia amenizados.

O secretário estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior, enfatiza que a meta é encontrar uma solução estruturada e acredita que, nesta semana, poderá haver uma definição. "Vamos tentar ser criativos para minimizar as perdas de todos", afirma. Lemos adianta que, para se alcançar uma resposta de abrangência, será necessário o aporte de recursos do tesouro federal. Ele acrescenta que as políticas a serem praticadas deverão envolver as concessionárias do Estado como um todo, e não apenas a CEEE-D, que é estatal.

Em nota, a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) afirma que, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e a Aneel, as companhias estão engajadas em encontrar opções que contribuam para que a sociedade e o sistema elétrico enfrentem a atual situação. A entidade frisa que é fundamental que o equilíbrio econômico e financeiro do setor não seja afetado e que o fluxo de recebimentos das faturas de energia não seja interrompido, sob pena de causar inadimplência generalizada. A associação reforça que a decisão de não realizar cortes de energia não pode ser de responsabilidade apenas das distribuidoras, pois a conta de luz incorpora, ainda, os custos dos serviços de geração e transmissão da eletricidade, que são feitos por outras empresas, além da arrecadação de impostos que o serviço implica para União e estados, recursos que podem ser empregados na área da saúde.

Procurado pela reportagem do **Jornal do Comércio**, o Ministério de Minas e Energia, por meio da sua assessoria de imprensa, afirmou que o governo tem acompanhado a situação para "que possa tomar as medidas necessárias e possíveis frente a cada desafio que se apresentar. A imprensa será comunicada das decisões do governo assim que elas foram tomadas". Já a Aneel preferiu não comentar o assunto. O Grupo CEEE, por sua vez, afirmou que segue em tratativas com a Aneel e o Ministério de Minas e Energia para avaliar alternativas, e a RGE limitou-se a informar que a companhia segue realizando suas atividades de forma integral com o intuito de manter a qualidade no fornecimento de energia, sem impacto ao consumidor.

Enquanto as distribuidoras estão negociando com o governo federal o caminho que pode ser tomado, o Senado vai analisar projeto de lei que proíbe o corte no fornecimento dos serviços públicos de energia elétrica, telefonia, gás, água e esgoto durante estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional. O PL 783/2020 foi apresentado na sexta-feira pelo senador Jaques Wagner (PT-BA). Em sua justificativa, o senador destaca que a pandemia já vem causando impactos no cotidiano da sociedade, especialmente na redução da atividade econômica, levando à queda da renda das famílias, ao desemprego em massa e à falta de acesso a recursos mínimos de sobrevivência.